



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

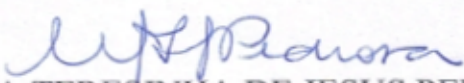
08 de agosto de 2022

OFÍCIO DO EXECUTIVO Nº 320/2022

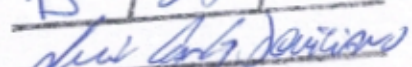
Exmo. Sr. Luís Carlos Domiciano

Em atenção ao Of. nº 577/2022, referente ao Requerimento nº 583/2022, encaminhamos Despacho DRH nº 564/2022 anexo, provindo do Departamento de Recursos Humanos.

Renovamos na oportunidade os protestos de estima e consideração.


MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA
Prefeita Municipal

A Disposição dos Vereadores

15/08/2022

Presidente

Exmo. Sr. Vereador
LUÍS CARLOS DOMICIANO
Câmara Municipal
NESTA
NESTA.

Realizado em: 11.08.22
Jane E.



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Estado de São Paulo
Departamento de Recursos Humanos

DESPACHO DRH 564/2022

Assunto: Ofício nº 577/2022.

Destino: Ouvidoria.

Origem: Requerimento nº 583/2022 – Câmara Municipal.

Excelentíssima, Sra. Chefe da Ouvidoria.

Trata-se do ofício em epígrafe, o qual versa sobre correção salarial dos Guarda-Vidas, conforme o piso estabelecido no Estado de São Paulo, bem como o pagamento de adicional insalubridade.

É a síntese.

Pois bem.

Sabemos o quanto a categoria desprende um serviço importante para Administração Pública e, diretamente, para sociedade sanjoanense.

Todavia, é dever da Administração Pública respeitar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, dentre outros. Com isso, o reajuste salarial tem previsão no artigo 37, inciso X da Carta Magna.

Neste diapasão, percebe-se que a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos não pode dar tratamento diverso às categorias. Assim, os reajustes salariais anuais devem ser realizados com a utilização de índice idêntico para todos os servidores públicos municipais.

Destarte, no mês de janeiro de 2022 foi aplicado um índice de 9% de aumento a todos os servidores e no mês de junho serão concedidos mais 2%, inclusive, houve um aumento de, aproximadamente, 97% no auxílio alimentação.

Quanto ao adicional de insalubridade, são devidos aos que, no desempenho de suas funções, se exponham a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

7



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Estado de São Paulo
Departamento de Recursos Humanos

Ocorre que, para que seja feita uma análise sobre os níveis de exposição a agentes novos à saúde, é necessário que o servidor junto com o Departamento, faça um requerimento ao RH solicitando a análise.

Portanto, ao aplicar um reajuste salarial para uma determinada categoria estaria, a Administração Pública, infringindo um comando Constitucional. Já no caso do adicional insalubridade, é necessário a realização de um estudo aprofundado.

Sem mais a informar, agradecemos e reiteramos protestos de estima e consideração.

DRH, 08 de agosto de 2022.

Rafael Magalhães Oliveira

Diretor do Depto de RH